

# A Era Vargas (1930-1945)

João Pedro Ricaldes dos Santos - História

Governador do Rio Grande do Sul em 1928, Vargas assume o governo federal com 48 anos de idade em 1930, através do golpe militar que derrubou a República Velha logo após a derrota de sua candidatura presidencial. Teve dois períodos de governo: um longo, entre 1930 e 1945 (quando é deposto por outro Golpe Militar) e um curto mandato popular de 1951 a 1954, data de seu suicídio. Vargas representa o primeiro dos quatro grandes momentos de crescimento econômico do País, todos marcados por suas criações: J.K. (1956-1960), a Ditadura Militar (1964-1984) e Lula (2002-2010).

Suas primeiras medidas em 1930-31 foram: a anulação da Constituição de 1891, a deposição de todos os governos estaduais e sua substituição por interventores federais. Tinha consciência que era um ditador civil sustentado por militares, que poderiam derrubá-lo, o que de fato ocorreria 15 anos mais tarde.

Enfrentou e venceu a reação armada da Revolução Constitucionalista de 1932 que, a pretexto de combater sua ditadura, procura reconduzir as elites paulistas ao poder. Na economia, suas medidas iniciais deram continuidade à política de defesa do café (inclusive com a queima de estoques oficiais), como forma de sair da crise de 29. Terminada a revolta paulista, Vargas convoca a Constituinte.

Vargas se mostrou claramente irritado com as medidas da Constituição de 1934 e passou a explorar todas as oportunidades para também anulá-la. Dois episódios serviram a este propósito: a Intentona Comunista de 1935 (Recife, Natal e RJ) e o suposto Plano Cohen de 1937 (um artifício que explorou o clima violento de polarização entre comunistas e nazistas brasileiros da década de 1930)

A farsa do Plano Cohen dá a Vargas o pretexto para o golpe. Fecha o Congresso, os partidos, anula a Constituição e inicia a sua ditadura (1937-1945).

“As prisões brasileiras nunca haviam recebido tantos presos políticos, entre eles parlamentares, trabalhadores, professores, todos acusados de fazerem parte de planos comunistas violentos contra o governo. O relato do que aconteceu nessas celas está magistralmente registrado em ‘Memórias do cárcere’, de Graciliano Ramos (..) Vargas fechou os partidos políticos, instituiu a censura à imprensa e procurou esvaziar os integralistas (...). A censura à imprensa escrita e falada foi levada a cabo por uma instituição chamada Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, que se encarregou também de divulgar uma imagem popular e mística de Getúlio. Centenas de obras apologéticas sobre Vargas e sua vida eram distribuídas nas escolas para doutrinar as crianças e os jovens” (Maria C. Araújo, A Era Vargas, p 26-29)

Apesar das inclinações fascistas de parte dos militares, o Brasil de Vargas adere aos EUA na Segunda Guerra Mundial, mas deixava à mostra sua contradição política: era um ditador combatendo outras ditaduras. Ao final da Guerra esta contradição se tornou insustentável. Vargas tenta adaptar-se aos novos tempos e convoca a Constituinte e eleições presidenciais, mas é impedido de participar destas, devido ao Golpe Militar de 1945.

## O modelo econômico de Vargas

Vargas foi ministro da Fazenda do presidente Artur Bernardes em 1926 e naquele momento nunca demonstrou qualquer diferença para com a política econômica tradicional e agrarista. As circunstâncias internacionais, abertas pela Guerra, contribuíram para uma mudança de rota. A importação de produtos industriais ficava mais difícil, o que estimulava a produção nacional de bens de consumo. Ademais, o alinhamento Brasil-EUA facilitou o financiamento para a 1ª siderúrgica nacional, base para o setor de bens de produção.

“A indústria do aço, segundo o modelo varguista de controle e centralização, foi concebida para existir como uma empresa estatal com parcela minoritária de capital privado, nacional e externo, mas sem monopólio. Foi esse, aliás, o modelo que perdurou na empresa até o início da década de 90. A importância dessa empresa para o país, do ponto de vista econômico e ideológico, só pode ser comparada à da Petrobrás, que viria a ser criada em 1953, e que, indo além do modelo da siderurgia, estabelecia o monopólio estatal do petróleo”.

“O Estado varguista tinha presença esmagadora em alguns setores considerados de ponta, a exemplo do aço, dos transportes, da energia, da pesquisa e das comunicações, enquanto deixava para a iniciativa privada, nacional e estrangeira, as atividades econômicas relativas aos bens de consumo não-duráveis. Essa concentração de poder de decisão na área econômica é uma das mais fortes e duradouras da Era Vargas, e por isso mesmo houve tanta dificuldade para o país redefinir-se nesses aspectos [nos anos 90] (Maria C. Araújo, A Era Vargas, p 55- 61)

## O modelo social de Vargas

Vargas transforma em dádiva estatal direitos que os sindicatos dos anos 20 exigiam, daí a difusão da imagem de Vargas como Pai dos Pobres. Entre suas criações destacam-se: a jornada de 8 horas, a carteira de trabalho, a proibição do trabalho para menores de 14 anos, a igualdade de salários entre homens e mulheres. Vargas criou um gigantesco aparato de controle dos trabalhadores chamado corporativismo, uma espécie de paternalismo que repercute até hoje.

“Segundo a doutrina corporativa, a população deveria sempre colaborar com o governo e a melhor forma de fazê-la seria por meio das atividades cívicas e econômicas e não da política (...) Julgava-se que a sociedade deveria estar ordenada em grandes áreas de atividade, por exemplo, indústria e agricultura. Para cada profissão haveria apenas um sindicato de trabalhadores. Do lado dos empresários, também haveria uma vasta rede de sindicatos reunindo empresas que tivessem atividades afins. Esses sindicatos eram considerados órgãos privados, com funções públicas, e ficavam diretamente subordinados ao governo pelo Ministério do Trabalho. Seriam organizados no plano municipal, haveria federações no plano estadual e confederações no nível federal. Na ponta, o Ministério do Trabalho seria o agente regulador de toda essa rede organizativa. (...) cada indivíduo é concebido como parte do Estado, posto que pertence a uma única organização que é parte da máquina estatal. A principal meta era acabar com o conflito político, silenciar as diferenças ideológicas. Por essas e outras razões, o corporativismo estatal representou uma das mais sofisticadas e autoritárias formas de governo que já se conhece” (Id, Ibid, p 74).